

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS RELEVANTES DE
AUDITORIA: O CASO DAS PROVISÕES

MARTA FILIPA ENCARNAÇÃO BELAS CORREIA DE
VASCONCELOS

NOVEMBRO 2020

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS RELEVANTES DE
AUDITORIA: O CASO DAS PROVISÕES

MARTA FILIPA ENCARNAÇÃO BELAS CORREIA DE
VASCONCELOS

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES
PEREIRA DE CARVALHO MORAIS

NOVEMBRO 2020

Resumo

Em 2016, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) alterou o relatório do auditor, nomeadamente através da introdução de uma nova secção, onde passou a ser obrigatório para as auditorias a entidades de interesse público a comunicação das matérias relevantes de auditoria, em inglês, *Key Audit Matters* (KAM).

Nesse sentido, e tendo em conta que as provisões são uma área das demonstrações financeiras onde se utilizam estimativas contabilísticas e que por isso é necessário que os auditores tenham mais trabalho ao analisar, o principal objetivo deste estudo é a identificação dos fatores que podem influenciar os auditores a reconhecerem KAM relacionadas com provisões.

Para isso, utiliza-se uma amostra de 104 observações das entidades cotadas na bolsa de valores de Lisboa Euronext no final de 2016, 2017 e 2018.

No seguimento das hipóteses formuladas, os resultados deste estudo indicam que a probabilidade de os auditores reportarem KAM relacionadas com provisões é maior em entidades com o rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final dos períodos em análise maior, em empresas de maior dimensão e com mais rendibilidade. Esta probabilidade é menor em empresas onde são cobrados menos honorários de auditoria. Os resultados indicam ainda que os setores onde existe maior probabilidade de reporte de KAM são o industrial do petróleo, gás, carvão e de serviços relacionados, retalhista e da construção e aqueles onde a probabilidade é menor são o automóvel, eletrónica, financeiro, maquinaria e equipamentos, tipografia e editorial e os serviços.

Palavras-chave: provisões, estimativas contabilísticas, matérias relevantes de auditoria, relatório do auditor

Abstract

In 2016, the International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) made changes to the auditor's report, namely through the introduction of a new section, where it became mandatory for audits of public interest entities to communicate key audit matters (KAM).

In this sense and considering that the provisions are an area of the financial statements where accounting estimates are used, it is therefore necessary for auditors to have more work in their analysis. The main objective of this study is to analyse the factors that may influence auditors to recognize KAM related to provisions.

For this, a sample of 104 observations from entities listed on the Lisbon Euronext stock exchange at the end of 2016, 2017 and 2018 is used

Following the hypotheses formulated, the results of this study show that the probability of auditors reporting KAM related to provisions is higher for entities where the ratio between the amount of provisions recognised in the balance sheet and total assets at the end of the periods is higher, in larger companies and in companies with higher profitability . This probability is lower in companies where less audit fees are charged. The results also indicate that the sectors where KAM is most likely to be reported are the oil, gas, coal and related services, retail and construction industries, and that the sectors where the likelihood is lowest are the automobile, electronics, finance, machinery and equipment, printing and publishing and services industries.

Keywords: provisions, accounting estimates, key auditing matters, auditor's report

Agradecimentos

O desenvolvimento deste Trabalho Final de Mestrado não teria sido possível sem o apoio de várias pessoas, a quem gostaria desde já de agradecer.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família, em especial aos meus pais, à minha avó Júlia e ao meu Abuelito. Por me terem apoiado, por terem confiado em mim, por me terem motivado e principalmente por nunca deixarem de acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu própria não acreditava.

Às minhas amigas Ema, Ana Clara, Carolina e Micaela por terem ouvido os meus desabaços, por partilharem comigo os melhores momentos e os momentos mais complicados deste percurso.

Quero também agradecer ao Filipe, por me fazer ver sempre o lado positivo das coisas, por me ter dado força para superar as fases mais complicadas, pela sua paciência ao longo deste percurso e por nunca me ter deixado desistir.

Por fim, um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Ana Morais, por toda a disponibilidade e apoio ao longo deste último ano. Quero também agradecer por todas as sugestões e todas críticas realizadas, as quais foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Por todo o apoio que me deram ao longo do meu percurso,

Muito Obrigada.

Índice de Tabelas

Tabela I - Composição da Amostra por Grupo Industrial.....	17
Tabela II – Variance Inflation Factor (VIF).....	20
Tabela III - Estatística Descritiva – Amostra Total.....	21
Tabela IV - Estatística Descritiva -Amostra Dividida.....	22
Tabela V - Matriz de Correlação de Pearson.....	24
Tabela VI - Resultados do Modelo Logit.....	25
Tabela VII - Testes Adicionais.....	29

Lista de Abreviaturas

- CLC - Certificação Legal de Contas
- DFs - Demonstrações Financeiras
- EBIT - *Earnings Before Interest and Taxes*
- IAS - *International Accounting Standards*
- IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*
- IASB - *International Accounting Standards Board*
- IFRS - *International Financial Reporting Standards*
- ISA - *International Standard on Auditing*
- KAM - *Key Audit Matters*
- PCAOB - *Public Company Accounting Oversight Board*
- ROE - *Return on Equity*
- VIF - *Variance Inflation Factor*

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	iv
Lista de Abreviaturas	v
1. Introdução	1
2. Enquadramento	3
3. Revisão de Literatura	6
3.1. Matérias Relevantes de Auditoria	6
3.2. Provisões	8
3.3. As Provisões como Matérias Relevantes de Auditoria	11
3.3.1. Valor Contabilístico das Provisões	11
3.3.2. Empresas com Maior Risco e o Reporte de KAM	13
3.3.3. Honorários de auditoria	14
3.3.4. Empresas auditadas por uma BIG 4	15
4. Amostra e Metodologia	16
4.1. Descrição da Amostra	16
4.2. Metodologia	18
5. Resultado Empíricos	21
5.1. Estatística Descritiva	21
5.2. Matriz de Correlação	23
5.3. Análise dos Resultados	25
5.4. Análise Adicional e de Robustez	28
<i>Influência dos vários setores de atividade</i>	28
<i>Análise de robustez às provisões</i>	30
<i>Análise de robustez à rendibilidade</i>	31
6. Conclusão	32
Referências Bibliográficas	35
Anexos	40
Anexo 1 – Percentagem de Provisões Corretas	40

1. Introdução

Recentemente, com o intuito de aumentar a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras (DFs), o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) propôs alterações ao modelo do relatório de auditoria existente, através da introdução de uma nova secção destinada à comunicação das matérias relevantes de auditoria, em inglês *Key Audit Matters* (KAM). Assim, passou a ser obrigatória a aplicação da *International Standard on Auditing* (ISA) 701: *Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente* para as auditorias realizadas a entidades de interesse público, para os períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6). A introdução desta secção no relatório do auditor levou a um aumento da compreensão das DFs, por parte dos seus utilizadores (ISA 701, §2), visto que muitos consideravam que a informação apresentada no antigo relatório de auditoria era insuficiente (Coram, Mock, Turner, & Gray, 2011; Masdor, 2018).

Embora a temática das KAM seja uma área de investigação recente, já existem vários estudos que analisam os relatórios de auditoria com o intuito de identificar tanto os fatores que podem levar os auditores a reconhecerem KAM (Pinto & Morais, 2019), como as áreas que mais frequentemente são reconhecidas (EY Reporting, 2015; Deloitte, 2017; KPMG, 2017; Silva 2017; Sierra-García, Gambetta, A.García-Benau, & Orta-Pérez, 2019). As conclusões destes estudos são semelhantes e indicam que as áreas que os auditores mais identificam como KAM são as que, pela sua natureza, estão associadas a estimativas contabilísticas e por isso exigem maior julgamento profissional por parte dos gestores.

Outra área frequentemente analisada na literatura é a utilização de estimativas contabilísticas pelos gestores, sendo que alguns autores defendem que estas têm sido cada vez mais utilizadas para o reconhecimento de rubricas contabilísticas nas DFs (Britten, Gaynor, McDaniel, & Sierra, 2013; Cannon & Bedard, 2017). Nesse sentido, o trabalho do auditor tem-se tornado cada vez mais difícil pois implica que este seja capaz de compreender e avaliar a aplicabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão.

A *International Accounting Standard* (IAS) 37: *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* é a norma contabilística que fornece indicações acerca do

reconhecimento e mensuração das provisões. A norma indica que esta rubrica das DFs deve ser mensurada através da melhor estimativa do valor necessário para liquidar as obrigações a si associadas (IAS 37, §36). Desta forma, as provisões são uma área das DFs que está naturalmente associada a um elevado julgamento profissional.

Embora na literatura existam vários estudos que analisam os fatores que levam à divulgação de KAM e que verificam quais as áreas de maior tendência a serem reportadas pelos auditores, tanto quanto foi possível observar, não existe uma análise integrada de quais os fatores que levam à divulgação das estimativas contabilísticas, nomeadamente das provisões, como KAM e que analise a influência do setor de forma isolada. Neste sentido, o presente estudo visa contribuir para a literatura através da análise dos fatores que podem levar ao reconhecimento das provisões como KAM, nos relatórios e contas das empresas portuguesas, identificando ainda os setores onde a probabilidade de reconhecimento de KAM relacionadas com provisões é maior.

Dos vários fatores identificados pela literatura como influenciadores do reporte de KAM, neste estudo analisa-se o impacto do valor da rubrica contabilística, do risco da empresa em análise, dos honorários cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a certificação legal de contas (CLC) e do facto de a empresa ser auditada por uma BIG 4 no reconhecimento de provisões como KAM. Desta forma, pode definir-se como principal objetivo deste estudo a análise da influência dos referidos fatores na identificação de provisões como KAM.

Para tal, utiliza-se uma amostra composta por 104 observações de entidades cotadas na bolsa de valores Euronext Lisboa no final dos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018. Visto que a variável em estudo é uma variável binária (serem ou não reconhecidas KAM relacionadas com provisões), é utilizado o modelo *logit* para testar a influência dos fatores supramencionados na divulgação de KAM relacionadas com provisões.

Em linha com as hipóteses formuladas, os resultados do presente estudo evidenciam a existência de uma relação positiva entre o rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo e a probabilidade de serem divulgadas provisões como KAM e uma relação negativa entre o valor dos honorários cobrados pelos auditores e a probabilidade de divulgação de provisões como KAM, indicando que os auditores têm maior tendência a divulgar provisões como KAM quando o rácio entre o

valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo é maior e quando os honorários de auditoria associados à CLC são menores. No que respeita ao risco de uma empresa e ao facto de esta ser auditada por uma BIG 4 influenciarem a divulgação de provisões como KAM, os resultados indicam que estes fatores não influenciam significativamente os auditores a identificarem KAM relacionadas com provisões. De referir ainda que a dimensão da entidade que está a ser auditada e a sua rendibilidade também influenciam de forma positiva e significativa a probabilidade de os auditores reconhecerem provisões como KAM.

Visto que a amostra deste estudo é composta por empresas pertencentes a vários grupos industriais, é ainda analisada a influência do setor onde a empresa se insere na divulgação de KAM relacionadas com provisões. Os resultados deste estudo adicional indicam que quando as empresas pertencem aos grupos industriais automóvel, da eletrónica, financeiro, de maquinaria e equipamentos ou de tipografia e editorial, não existem KAM relacionadas com provisões e que quando as empresas pertencem aos grupos industriais petróleo, gás, carvão e de serviços relacionados ou são retalhistas, são sempre reconhecidas provisões como KAM. Adicionalmente, os resultados indicam que quando uma empresa pertence ao grupo industrial da construção, os auditores tendem mais a divulgar KAM relacionadas com provisões e que quando pertencem ao grupo industrial dos serviços, a probabilidade de reporte é menor.

O presente estudo encontra-se dividido em seis capítulos. No capítulo seguinte é apresentado um breve enquadramento teórico, onde são contextualizadas as temáticas em estudo. O capítulo 3 inclui a literatura que suporta o desenvolvimento da presente investigação e a formulação das hipóteses em estudo. De seguida, no capítulo 4, descreve-se a amostra e a metodologia utilizada, enquanto que no capítulo 5 são apresentados os resultados obtidos. Por fim, no capítulo 6 são evidenciadas as principais conclusões, limitações e sugestões de investigação futura.

2. Enquadramento

A execução de uma auditoria às DFs de uma empresa tem como objetivo principal aumentar a confiança dos utilizadores na informação apresentada nas DFs (ISA 200: *Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*, §3). Assim, o papel do auditor passa por analisar

as DFs, emitindo uma opinião relativa à sua conformidade com as normas de relato financeiro, e fornecer informação adicional àquela que foi reportada pela gestão.

No entanto, com o passar do tempo as exigências dos utilizadores das DFs foram-se modificando e o papel do auditor tem sido colocado várias vezes em causa devido a escândalos financeiros de várias empresas, como é o caso da Enron e da Arthur Andersen, nos Estados Unidos da América e do Banco Espírito Santo, em Portugal. Aliado ao ambiente de recessão económica e de crise financeira que se instalou por todo o mundo a partir de 2008, os utilizadores das DFs começaram a questionar o papel dos auditores e a qualidade das auditorias realizadas, exigindo que os relatórios de auditoria proporcionassem mais informação para a tomada de decisão (Masdor, 2018; Pereira, 2019).

Como consequência da necessidade de informação adicional para a tomada de decisão por parte dos utilizadores das DFs, o IAASB publicou em janeiro de 2015 a ISA 701 com o objetivo de aumentar o valor comunicativo do relatório de auditoria, promovendo assim um aumento da transparência da auditoria realizada (ISA 701, §2).

Esta norma foi introduzida em Portugal na sequência do Regulamento (UE) 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de março de 2014, que obriga a que as auditorias a entidades de interesse público¹ incluam uma descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados pelo auditor e quais as suas respostas a esses riscos (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014b), promovendo assim o aumento da informação fornecida pelo relatório do auditor.

De referir que a ISA 701 apenas se aplica a auditorias de DFs de períodos que terminem em ou após 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6) e que KAM são “as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das DFs do período corrente” (ISA 701, §8).

¹ Entidades de interesse público são “entidades regidas pelo direito de um Estado-Membro, cujos valores mobiliários são admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro”; “instituições de crédito”; “empresas de seguros”; ou “entidades designadas pelos Estados-Membros como como entidades de interesse público, por exemplo, entidades de relevância pública significativa em razão da natureza das suas atividades, da sua dimensão ou do seu número de trabalhadores” (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014a).

Para a determinação das KAM, o auditor deve ter em consideração as matérias que, de entre aquelas que foram objeto de comunicação com os órgãos de gestão, mais atenção lhe exigiram durante a execução da auditoria, tendo em conta três áreas principais: as que foram consideradas de elevado risco de distorção material; as que envolveram julgamento significativo por parte da gestão; e acontecimentos e transações significativos que tenham ocorrido durante o período (ISA 701, §9). Desta forma, o auditor deve refletir sobre quais as matérias que maior importância tiveram no decorrer da auditoria e identificá-las como KAM, explicando na secção “Matérias Relevantes de Auditoria” o porquê de considerar tal matéria como de maior importância e de que forma esta foi tratada durante o processo de auditoria. Para os utilizadores das DFs, é importante compreender quais as áreas sobre as quais o auditor obteve mais informação aquando do diálogo com os órgãos de gestão, uma vez que é expectável que essas sejam as temáticas que exijam maior esforço por parte do auditor para obter prova. O apêndice 2 da ISA 701 refere ainda que é de especial interesse dos utilizadores terem conhecimento acerca dos julgamentos feitos pelo auditor, uma vez que tais julgamentos estão muitas vezes relacionados com áreas de elevado julgamento profissional, por parte da gestão, aquando da elaboração das DFs.

Uma das áreas que envolve julgamento significativo por parte da gestão é o reconhecimento de provisões.

De acordo com o parágrafo 7 da IAS 37, provisão é definida como um “passivo de tempestividade ou quantia incertas”, pelo que se trata de uma obrigação que a entidade tem, mas sobre a qual existe incerteza relativamente à data de liquidação e/ou à quantia necessária para liquidar essa obrigação. Esta norma refere ainda que as obrigações apenas devem ser reconhecidas como provisões se resultarem de um acontecimento passado, se for provável que seja exigido um exfluxo de recursos para liquidar essa obrigação e se for possível fazer uma estimativa fiável do valor da obrigação, ainda que essa quantia seja incerta (IAS 37, §14).

O valor pelo qual as provisões são mensuradas deve refletir “a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar as obrigações” (IAS 37, §36), devendo ter em consideração o julgamento profissional realizado pelos órgãos de gestão, a experiência de situações semelhantes e, se necessário, a opinião de peritos independentes para calcular

o valor necessário a despende à data do balanço para liquidar tal obrigação. O risco associado ao desfecho das obrigações também influencia o valor das provisões, pelo que as empresas devem ter cuidado na utilização de julgamentos, na medida em que um aumento do risco associado aumentará a quantia pela qual deve ser reconhecida a provisão. Assim, as empresas não devem criar provisões excessivas nem sobreavaliar deliberadamente os passivos (IAS 37, §43).

Posto isto, como o reconhecimento e mensuração das provisões é feito com base em estimativas contabilísticas por parte da gestão, estas tornam-se uma área de risco para os auditores e por isso é importante identificar e analisar o seu efeito no relatório de auditoria.

3. Revisão de Literatura

Esta investigação subdivide-se em três linhas principais: a primeira que se relaciona com a importância da nova secção do relatório de auditoria para os utilizadores das DFs e quais os fatores que podem influenciar a sua divulgação, abordada no ponto 3.1.; a segunda que relaciona o efeito que as estimativas contabilísticas, nomeadamente as provisões, podem ter na divulgação de KAM, abordada no ponto 3.2.; e a terceira onde são formuladas as hipóteses do presente estudo, através da identificação de alguns fatores que podem influenciar a divulgação de provisões como KAM, abordada no ponto 3.3..

3.1. Matérias Relevantes de Auditoria

Com a implementação da ISA 701, a responsabilização do trabalho do auditor aumenta na medida em que este passa a estar mais exposto (Masdor, 2018) e por isso é importante que o auditor identifique as matérias que considerou relevantes, isto é, não só as que exigiram maior esforço de auditoria mas também aquelas em que a gestão possa ter maior influência, por exigirem maior julgamento profissional (EY Reporting, 2015).

A exigência de divulgação da informação relacionada com a avaliação de estimativas contabilísticas por parte dos auditores tem vindo a aumentar e as normas de relato financeiro atuais têm vindo, cada vez mais, a obrigar os gestores a fornecer aos utilizadores das DFs informações sobre a empresa. Dennis, Griffin, & Zehms (2019) analisam conjuntamente as informações fornecidas no relatório de auditoria e no relatório da gestão e concluem que as duas fontes de informação fornecem informações relevantes

mas com importâncias diferentes sobre o mesmo tópico, visto que a informação prestada pelos auditores tem como objetivo garantir a veracidade e a qualidade da que foi prestada pela gestão, sendo por isso mais valorizada pelos utilizadores das DFs. Já em 2014, Griffin (2014) havia analisado o impacto que a divulgação dos pressupostos assumidos pela gestão, relativamente às estimativas do justo valor, tem na forma como os auditores avaliam as DFs, concluindo que é menos provável que os auditores exijam ajustamentos relativos ao justo valor quando o cliente de auditoria complementa os valores reconhecidos com informação adicional. No seu estudo, Dennis et al. (2019) analisam também como é que a forma de divulgação da informação (inexistente, descritiva ou visual), tanto dos auditores como dos gestores, influencia a tomada de decisão dos investidores não profissionais. Os autores concluem que o tipo de informação prestada é a mesma, mas que os utilizadores ponderam mais as divulgações do auditor quando estas incluem indicações visuais do que quando os relatórios de auditoria se apresentam num formato totalmente descritivo.

Desta forma, é importante que o auditor tenha presente o objetivo da introdução da secção KAM no seu relatório e por isso deve descrever de forma clara e simples as matérias consideradas como relevantes, explicitar por que motivo as considerou como tal e fazer referência às notas das DFs onde tal matéria é explicada. Os auditores podem também fazer uma breve descrição dos procedimentos adotados, tendo em consideração o nível de conhecimento e compreensão de auditoria dos utilizadores do relatório, uma vez que, se esta for demasiado extensa e descritiva, pode ir contra o principal objetivo da ISA 701 (PwC, 2014; EY Reporting, 2015; McGeachy & Arnold, 2017).

Sirois, Bédard & Bera (2018) verificaram que a secção KAM do relatório do auditor é de elevada importância para os utilizadores das DFs pois estes direcionam a sua atenção para as temáticas identificadas nessa parte do relatório. No entanto, os autores consideram que os auditores devem ter cuidado na extensão da informação apresentada pois a identificação de um número elevado de KAM pode tornar a informação menos útil para os utilizadores pois a sua atenção deixa de estar centralizada em questões específicas das DFs.

Pinto & Morais (2019) analisam os relatórios de auditoria de um conjunto de empresas cotadas na Europa e verificam que existem alguns fatores, como a

complexidade e a dimensão do cliente de auditoria, os honorários de auditoria e a utilização de normas contabilísticas baseadas em regras, que determinam o número de KAM reportadas. No que respeita à complexidade e dimensão do cliente, tanto as empresas que apresentam maior número de segmentos de negócios (empresas mais complexas) como as que apresentam um total de ativos ou de vendas mais elevado (empresas de maior dimensão) apresentam mais KAM divulgadas, quer para reduzir a responsabilidade do auditor e manter a sua reputação, quer porque este tipo de empresas exige mais trabalho e apresenta um risco maior para o auditor. As autoras identificam ainda que quando os honorários de auditoria são mais elevados, o número de KAM divulgadas é maior, justificando, de acordo com Lyon & Maher (2005), que tal se pode dever ao facto de honorários de auditoria mais elevados estarem associados a clientes mais complexos e com maior risco. Pinto & Morais (2019) testaram também a influência da rendibilidade e o facto de as empresas em questão serem financeiras, concluindo que existe uma correlação negativa entre estes factores e o número de KAM divulgadas.

3.2. Provisões

A utilização de estimativas contabilísticas nas DFs tem sido cada vez mais frequente (Bratten, et al., 2013; Cannon & Bedard, 2017), provocando um aumento do trabalho desenvolvido pelos auditores. Um relatório recente do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) conclui que as deficiências das auditorias continuam a estar fortemente relacionadas com a dificuldade de avaliação e resposta aos riscos de distorção material e com a dificuldade de auditar estimativas contabilísticas (PCAOB, 2017b).

No seguimento do trabalho desenvolvido por Bonner (2008) de identificar as falhas existentes na utilização de estimativas contabilísticas, Bratten et al. (2013) e Stein (2019), ao analisarem vários relatórios do PCAOB², consideram que existem deficiências ao nível do julgamento das estimativas contabilísticas por parte do auditor. Tanto Bratten et al. (2013) como Gaynor, Kelton, Mercer, & Yohn (2016) seguem o trabalho desenvolvido por Bonner (2008) no que respeita à análise dos factores que influenciam a qualidade dos relatórios financeiros e de auditoria. Os vários autores consideram que as falhas existentes são justificadas tanto por factores ambientais, aqueles que se relacionam

² Os relatórios analisados por Bratten et al. (2013) são o PCAOB (2011a) e o PCAOB (2011b)

com as condições do ambiente envolvente, como por fatores associados à tarefa, aqueles que afetam a tarefa do auditor, bem como pelas características do auditor. De entre os fatores ambientais que influenciam a tarefa do auditor destacam-se a incerteza das estimativas e a influência das regras e leis nacionais e internacionais, tanto de reporte financeiro como de auditoria. Relativamente aos fatores específicos da tarefa de auditar as estimativas, os autores identificam como justificações para as deficiências verificadas, a dificuldade e a estrutura desta tarefa, visto que as normas de reporte financeiro não apresentam todas o mesmo grau de flexibilidade e discricionariedade. Como referido, Bratten et al. (2013) e Gaynor et al. (2016) consideram também que as características do auditor podem justificar a dificuldade de analisar estimativas da gestão, visto que questões como conhecimento técnico e ceticismo profissional são bastante importantes no desenvolvimento de uma auditoria de qualidade.

Relativamente à incerteza das estimativas, a ISA 540: *Auditar Estimativas Contabilísticas, Incluindo Estimativas Contabilísticas de Justo Valor e Respetivas Divulgações* considera que existem alguns itens das DFs que devem ser estimados visto que não podem ser mensurados com precisão e por isso, devem ser identificados pelo auditor como estimativas contabilísticas (ISA 540, §2). Um relatório do PCAOB afirma que grande parte das empresas utiliza estimativas contabilísticas nas suas DFs pelo facto de não poderem mensurar diretamente os itens em questão (PCAOB, 2017a). Nesse relatório, é também referido que as avaliações de ativos financeiros, as imparidades de ativos de longa duração, as provisões para créditos perdidos, os passivos contingentes e as mensurações pelo justo valor são exemplos de estimativas contabilísticas utilizadas frequentemente nas DFs (PCAOB, 2017a). A ISA 540 considera também que tanto a natureza, como a fiabilidade da informação prestada pela gestão para suportar as estimativas efetuadas, podem variar bastante e afetar o grau de incerteza associada às estimativas (ISA 540, §2), podendo por isso afetar o risco de distorção material das DFs. Como as estimativas contabilísticas são subjetivas e dependem da decisão dos gestores, a sua utilização pode levar a uma falta de neutralidade por parte da gestão na preparação da informação contabilística, tornando-se, por isso, necessário que o auditor avalie os riscos de distorção material associados à incerteza das estimativas contabilísticas (ISA 540, §10).

De referir ainda que quando Bratten et al. (2013) avaliam os fatores relacionados com a tarefa de auditar estimativas contabilísticas, verificam que a complexidade das normas de relato financeiro dificultam a tarefa do auditor e podem afetar negativamente o seu desempenho pois existe incerteza associada à utilização de estimativas contabilísticas, o que, por sua vez, pode aumentar as oportunidades dos gestores para a prática de gestão de resultados (Christensen, Glover, & Wood, 2012; Bratten et al., 2013). Assim, cabe ao auditor avaliar as metodologias utilizadas pelos gestores para estimar os valores reconhecidos nas DFs e averiguar a sua adequação. No entanto, Bratten et al. (2013) consideram que estas escolhas são tomadas com base em competências da gestão nas áreas das finanças e da economia e não tanto na área da contabilidade, tornando, por isso, ainda mais complexo o trabalho do auditor, uma vez que estas são áreas sob as quais o auditor não tem obrigatoriamente de ter conhecimentos, devendo por isso solicitar ajuda de peritos.

Também Griffith, Hammersley, & Kadous (2015) e Brown, Grenier, Pyzoha, & Reffett (2019) verificam que a dificuldade e o risco de auditar estimativas contabilísticas se relacionam com a incapacidade de os gestores avaliarem eficazmente os modelos utilizados pela gestão e com o facto de os auditores terem de recorrer a especialistas para identificar e avaliar os pontos críticos dos modelos utilizados. Por sua vez, Stein (2019) avalia se a especialização do auditor por setor influencia as deficiências verificadas ao nível das auditorias e conclui que existe uma relação positiva e significativa entre a especialização do auditor e as deficiências identificadas pois o facto de o auditor se especializar num setor leva a que este tenha mais conhecimento sobre o setor e dessa forma, seja capaz de analisar mais eficazmente os pressupostos assumidos pela gestão nas estimativas contabilísticas. Os resultados de Stein (2019) vão de encontro às conclusões dos estudos de Griffith et al. (2015) e Brown et al. (2019). De referir ainda que Brown et al. (2019) concluem que quando os auditores recorrem a um especialista para avaliar a aplicabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão, a sua exposição a litígios associada à aceitação de estimativas contabilísticas agressivas diminui ou chega mesmo a ser eliminada. Também Cannon & Bedard (2017) verificam que é fundamental que os auditores recorram à ajuda de especialistas para identificar problemas relacionados com a utilização de estimativas, como o justo valor por exemplo.

Christensen et al. (2012) concluem ainda que os valores reportados com base em modelos subjetivos, isto é, aqueles em que a gestão pode ter influência, são por norma superiores à materialidade considerada para questões de auditoria e que pequenas alterações em fatores não observáveis associados às estimativas, como por exemplo a taxa de juro, podem alterar consideravelmente o valor da estimativa e conseqüentemente o resultado apresentado. Assim, a definição da materialidade torna-se uma tarefa cada vez mais complexa para o auditor visto que nenhum valor se torna suficiente para eliminar a incerteza associada às estimativas. Desta forma, o trabalho dos auditores aumenta quando o valor reconhecido nas DFs com base em estimativas contabilísticas também aumenta. De referir também que o IAASB, através da publicação da ISA 540, aconselha os auditores a realizarem procedimentos adicionais que garantam que as estimativas contabilísticas foram bem realizadas pela gestão e que não existe enviesamento dos resultados (ISA 540, §21). Nesse sentido, Caramanis e Lennox (2008) verificam que existe uma relação negativa entre o esforço de auditoria e o enviesamento de resultados, na medida em que a relação entre as horas despendidas pelos auditores para a realização da auditoria às contas de um conjunto de empresas não financeiras da Grécia e a gestão de resultados com vista ao aumento dos resultados existente nessas empresas é inversa. Mais tarde, Stein (2019) verifica que o auditor funciona como um mecanismo de controlo e avaliação das estimativas realizadas por parte dos gestores e que, na ausência deste mecanismo, os gestores podem influenciar os pressupostos utilizados para o cálculo das estimativas contabilísticas, de modo a evitar o reconhecimento de, por exemplo, perdas por imparidade.

3.3. As Provisões como Matérias Relevantes de Auditoria

3.3.1. Valor Contabilístico das Provisões

Nos últimos anos surgiram vários estudos a nível internacional com o intuito de analisar as áreas mais relatadas pelos auditores como KAM (EY Reporting, 2015) (Deloitte, 2017) (KPMG, 2017) (Sierra-García et al., 2019). Estes estudos identificam o *goodwill*, os impostos, o reconhecimento de imparidades e o reconhecimento do réditio como as áreas mais divulgadas nos relatórios de auditoria como KAM. Num destes estudos, Fiona Campbell, *partner* de auditoria da EY Austrália, afirmou que as áreas com maior foco dos auditores são as que apresentam maior risco para a auditoria, por serem aquelas que exigem elevado julgamento por parte da gestão (EY Reporting, 2015).

Relativamente à realidade portuguesa, Silva (2017) analisou os relatórios de auditoria reportados por algumas empresas cotadas na bolsa de Lisboa, em 2016. Os resultados deste estudo vão de encontro às conclusões dos estudos anteriormente referidos, apontando ainda, os benefícios dos empregados, as contingências fiscais e a valorização de participações financeiras de propriedades de investimento como KAM frequentemente divulgadas pelos auditores em Portugal.

Num relatório da KPMG é ainda identificado que os auditores consideram como KAM as áreas anteriormente referidas pois estas estão associadas a um elevado julgamento profissional, apresentam um valor contabilístico elevado ou um volume elevado de transações, ou ainda por serem de elevada complexidade (KPMG, 2017).

Como referido anteriormente, de acordo com a ISA 701, o auditor deve identificar como KAM as áreas que maior atenção lhe exigiram durante o processo de auditoria (ISA 701, §9), tendo em conta aquelas que apresentam elevado risco de distorção material e as que envolvem julgamento profissional dos gestores, e que por isso são de maior importância na auditoria das DFs (ISA 701, §10). Neste sentido, a norma é ainda explícita no que respeita às áreas de maior importância, considerando que a materialidade de determinada rubrica contabilística face às DFs é importante para a determinação de tal matéria como KAM (ISA 701, apêndice 29). Tendo em conta que a ISA 260 (Revista): *Comunicação com os Encarregados da Governança* exige que o auditor apresente o seu ponto de vista à gestão relativamente às práticas contabilísticas qualitativas praticadas pela gestão, como é o caso das estimativas contabilísticas (ISA 260, §16a), o IAASB considera que estas situações podem estar relacionadas, na sua maioria, com áreas de atenção significativa do auditor (ISA 701, apêndice 23).

Assim, é expectável que os elementos com maior valor material recebam maior atenção por parte dos auditores e que se o valor material disser respeito a estimativas contabilísticas, a probabilidade de divulgar tal matéria como KAM aumente. Visto que as provisões são estimativas contabilísticas, por exigirem que a gestão preveja a probabilidade de desfecho e estime o valor necessário para cumprir a obrigação relacionada, espera-se que quanto maior o valor de provisões reconhecidas em balanço, maior será a probabilidade de existir uma KAM relacionada com provisões.

Neste sentido, formula-se a primeira hipótese deste estudo:

H₁: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM em entidades que reconhecem valores mais elevados de provisões.*

3.3.2. Empresas com Maior Risco e o Reporte de KAM

A ISA 210: *Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria* refere que podem existir distorções materiais nas DFs que não são detetadas pelos auditores, ainda que estes preparem adequadamente o processo de auditoria (ISA 210 – apêndice 1). Neste sentido, torna-se importante referir que o risco de litígio está associado ao facto de o auditor poder ser responsabilizado por não reconhecer a existência desse tipo de distorções nas DFs.

Desta forma, Kachelmeier, Rimkus, Schmidt, & Valentine (2019) defendem que a divulgação de KAM protege os auditores do risco de litígio, na medida em que alerta os utilizadores das DFs para as áreas de maior risco. Estes autores concluem ainda que os auditores, ao divulgarem uma KAM sobre determinada área, a avaliam de forma menos completa, independentemente de se tratar de uma área de maior risco, diminuindo desta forma a sua exposição ao risco de litígio.

Pinto & Morais (2019) consideram também que os auditores tendem a divulgar mais KAM para diminuir o risco de litígio e manter a sua reputação, essencialmente em empresas de elevado risco financeiro. Também Gramling, Schatzberg, Bailey, & Zhang (1998) já haviam considerado que o esforço de auditoria é proporcional ao risco dos clientes, pois à medida que o risco financeiro de uma empresa aumenta, existe a tendência para os auditores desenvolverem um trabalho mais profundo, o que leva a que seja mais provável a divulgação de KAM. Neste seguimento, Pinto & Morais (2019) estudam a relação entre o risco das empresas e o número de KAM divulgadas para um conjunto de empresas cotadas em bolsas europeias, utilizando a alavancagem e o número de segmentos como forma de avaliar o risco de uma empresa. Para as autoras, um aumento da alavancagem financeira cria incentivos aos gestores para adotarem políticas contabilísticas que diminuam os custos, aumentando, desta forma, o risco associado à empresa em questão. Relativamente ao número de segmentos, a escolha deve-se ao facto de que empresas com mais segmentos serem mais complexas e onde existem mais áreas passíveis de risco (Pinto & Morais, 2019).

Desta forma, tendo em conta o estudo de Pinto & Morais (2019), formulam-se as seguintes hipóteses:

H₂: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM em entidades com maior risco.*

H_{2a}: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM em entidades com níveis de alavancagem financeira mais elevados.*

H_{2b}: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM em entidades com mais segmentos.*

3.3.3. Honorários de auditoria

O Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no seu artigo 59º, considera que “os honorários são fixados entre as partes, tendo nomeadamente em conta critérios de razoabilidade que atendam, em especial, à natureza, extensão, profundidade e tempo do trabalho necessário à execução de um serviço de acordo com as normas de auditoria em vigor”, pelo que os honorários de auditoria devem refletir o trabalho desenvolvido pelo auditor para a elaboração da CLC.

Como referido, Lyon & Maher (2005) consideram que os honorários de auditoria mais elevados estão associados a empresas mais complexas e consequentemente, a empresas onde o trabalho desenvolvido pelos auditores é maior. Na sequência de Lyon & Maher (2005), Pinto & Morais (2019) concluem que quando os honorários de auditoria são mais elevados, o número de KAM divulgadas é maior, o que pode ser justificado pelo facto de que os auditores necessitam de desenvolver um trabalho mais completo e, por isso, identificaram mais KAM.

De referir ainda que tanto Christensen et al. (2012) como Bratten et al. (2013), consideram que o trabalho dos auditores aumenta quando estes necessitam de avaliar os pressupostos utilizados pela gestão para o reconhecimento de estimativas contabilísticas, pelo que um aumento do trabalho desenvolvido pelos auditores pode levar a um aumento da probabilidade de divulgação de uma KAM relacionada com estimativas contabilísticas, nomeadamente com provisões.

Neste sentido, pode afirmar-se que honorários de auditoria mais elevados estão associados a um aumento do trabalho desenvolvido pelos auditores e que esse aumento pode levar a um aumento da probabilidade dos auditores identificarem KAM, sobretudo

se estas estiverem relacionadas com áreas como as provisões. Posto isto, formula-se a seguinte hipótese deste estudo:

H₃: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM quando os honorários de auditoria são mais elevados.*

3.3.4. Empresas auditadas por uma BIG 4

Como referido anteriormente, Gaynor et al. (2016) analisaram os fatores que podem influenciar a qualidade dos relatórios de auditoria e indicam as características do auditor como um desses fatores, na medida em que, tanto o conhecimento teórico, como o ceticismo profissional inerente à profissão dos auditores são importantes para garantir a qualidade da auditoria prestada. Sierra-García et al. (2019) consideraram ainda que a definição de determinada área como KAM depende da experiência do auditor visto que auditores com mais experiência, nomeadamente as BIG 4, tendem a estar mais bem preparados para avaliar as DFs.

DeAngelo (1981) e Hope, Kang, Thomas, & Yoo (2008) já haviam concluído que a dimensão da empresa de auditoria pode influenciar a qualidade da auditoria visto que as maiores empresas de auditoria apresentam uma maior reputação no mercado e desse modo têm maior tendência a reportar eventuais distorções nas DFs, de forma a evitarem problemas de imagem associados a escândalos financeiros. Francis & Yu (2009), por sua vez, avaliam um conjunto de empresas auditadas por empresas de auditoria pertencentes ao grupo das BIG 4 e concluem que quando os relatórios de auditoria são emitidos por empresas pertencentes a este grupo, as auditorias apresentam maior qualidade e as DFs associadas a essas auditorias tendem a apresentar menos comportamentos de gestão de resultados. É importante também referir que a nível internacional é utilizado o termo BIG 4 para identificar o grupo das maiores empresas de auditoria. Este grupo é composto pela Deloitte (Deloitte Touche Tohmatsu Limited), PwC (PricewaterhouseCoopers), EY (Ernst & Young) e KPMG (Klynveld Peat Marwick Goerdeler).

Como referido anteriormente, as provisões, por estarem associadas à necessidade de julgamento por parte da gestão, são consideradas estimativas contabilísticas e por isso, é expectável que o seu reconhecimento possa estar associado a maiores níveis de distorção material. De referir ainda que as empresas de auditoria de grande dimensão, como é o caso das BIG 4 tendem a investir em recursos humanos e financeiros, com o intuito de

aumentar o investimento nos processos de auditoria, de forma a desenvolverem uma maior capacidade de trabalho (Simunic & Stein 1987), promovendo dessa forma a prestação de uma auditoria de maior qualidade. Assim, é expectável que em auditorias realizadas por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4 sejam identificadas mais KAM relacionadas com provisões, face a empresas que são auditadas por empresas não pertencentes ao grupo das BIG 4. Assim, pode formular-se a seguinte hipótese deste estudo:

H₄: *Os auditores têm maior tendência para divulgar as provisões como KAM se pertencerem a uma BIG 4.*

4. Amostra e Metodologia

4.1. Descrição da Amostra

A amostra deste estudo é composta pelo conjunto de empresas cotadas no balcão de cotações do índice bolsista de Lisboa, Euronext Lisboa, no final dos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018. A escolha desta amostra tem por base o facto de Portugal ter sido um dos primeiros países a obrigar que fossem divulgadas KAM no relatório do auditor, visto que a Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, a qual aprova a execução do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016.

O período amostral deste estudo corresponde à disponibilidade dos dados, uma vez que a ISA 701 apenas é aplicável às auditorias de DFs de períodos cujo término seja uma data posterior a 15 de dezembro de 2016 (ISA 701, §6). Das 49 empresas identificadas inicialmente, foi retirada da amostra uma empresa por ser estrangeira, três por terem deixado de estar cotadas na referida bolsa de valores a 28 de setembro de 2017, 17 de abril de 2018 e a 25 de junho de 2018 e outra por só ter entrado na bolsa de valores de Lisboa a 24 de dezembro de 2018, o que faz com que a informação não estivesse disponível para os períodos findos a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017. Desta forma, totalizam-se 129 observações, que correspondem a dados de 43 empresas em três momentos (31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018), o que leva à existência de dados de painel. Foram eliminadas também da amostra 12 observações por constituírem *outliers* da variável relativa aos honorários dos

auditores e 13 observações por não estarem disponíveis dados relativos à rendibilidade. Assim, a amostra do presente estudo é constituída por 104 observações.

Os dados utilizados para o desenvolvimento deste estudo foram obtidos a partir de duas fontes: 1) dos relatórios e contas das entidades analisadas, disponíveis nos *websites* das respetivas empresas, de onde foram obtidos, de forma manual, os dados relativos ao número de KAM reportadas, à empresa de auditoria responsável pela CLC, aos honorários de auditoria e ao valor das provisões reconhecidas em balanço e; 2) da base de dados *Datastream* da *Thomson Reuters*, de onde foram recolhidos os dados relativos às restantes variáveis em análise. É importante referir que a dimensão da amostra foi condicionada pela recolha manual dos dados.

A Tabela I apresenta a composição da amostra por Grupo Industrial. A base de dados *Datastream* utiliza a variável “Grupo Industrial” para classificar as empresas tendo em consideração a sua atividade dominante, atribuindo-lhes um código, de entre um conjunto de 27 classificações (Thomson Reuters, 2007). Assim, podem identificar-se dois grupos principais: Construção e Serviços pois correspondem a 15,38% e 14,42% da amostra, respetivamente. De referir ainda que o grupo com maior representatividade na amostra (24,04%) é o grupo industrial “Diversos” pois inclui todas as empresas que não se enquadram numa das 27 principais classificações.

TABELA I - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR GRUPO INDUSTRIAL

Grupo Industrial	Nº de Observações	Percentagem
<i>Autom</i> - Automóvel	3	2,88%
<i>Constr</i> - Construção	16	15,38%
<i>Eletron</i> - Eletrónica	8	7,69%
<i>Financ</i> - Financeiro	4	3,85%
<i>Maquin_Equip</i> - Maquinaria e Equipamentos	3	2,88%
<i>Petrol</i> - Petróleo, gás, carvão e serviços relacionados	3	2,88%
<i>Papel</i> - Papel	9	8,65%
<i>Edit</i> - Tipografia e editorial	3	2,88%
<i>Lazer</i> - Lazer	9	8,65%
<i>Retalh</i> - Retalhistas	6	5,77%
<i>Serv</i> - Serviços	15	14,42%
<i>Diversos</i> - Diversos	25	24,04%
Total	104	100,00%

4.2. Metodologia

Tendo em consideração a revisão de literatura apresentada anteriormente e com o intuito de avaliar os fatores que influenciam o reporte de provisões como KAM, desenvolveu-se o seguinte modelo econométrico:

$$(1) \quad KAM_Provisões_{it} = \beta_0 + \beta_1 Provisões_TA_{it} + \beta_2 Alavanc_{it} + \beta_3 Complex_{it} + \beta_4 AuditFees_{it} + \beta_5 BIG4 + \beta_6 Dim_{it} + \beta_7 Rend_{it} + \beta_8 Setor_{it} + \beta_9 MKAM_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(i = 1, \dots, n); (t = 2016, 2017, 2018)$$

A variável dependente, *KAM_Provisões*, é uma variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário.

No que respeita às variáveis independentes, *Provisões_TA* representa o rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final dos períodos em análise. *Alavanc* representa a alavancagem de uma empresa e é medida através do logaritmo natural do total do passivo. *Complex* representa a complexidade de uma empresa, a qual é medida pelo número de segmentos de produto existentes na empresa, e à semelhança da variável *Alavanc* é utilizada para avaliar o efeito do risco de uma empresa no reporte de KAM relacionadas com provisões. A variável *AuditFees*, por sua vez, corresponde ao logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC. A variável *BIG4* é também uma variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4, ou seja, se tiver sido auditada pela empresa de auditoria Deloitte, PwC, EY ou KPMG, e 0 caso contrário.

Para além dos fatores anteriormente identificados, existem outros relacionadas com as características do cliente de auditoria que podem influenciar o reporte de KAM relacionadas com provisões e como tal devem, também, ser analisados neste estudo. De entre esses fatores destacam-se a dimensão do cliente de auditoria, a sua rendibilidade, o setor onde a empresa opera e o rácio entre o número de KAM identificadas pelos auditores e a média de KAM constituintes da amostra. Estas variáveis são consideradas variáveis de controlo pois podem influenciar os resultados obtidos. A variável *Dim* é utilizada para medir a dimensão da empresa e à semelhança de Pinto & Morais (2019) e de Sierra-García et al. (2019) é medida através do total do ativo reportado, ao qual se procedeu à

transformação logarítmica. Tanto Pinto & Morais (2019) como Sierra-García et al. (2019) concluem que existe uma relação positiva entre a dimensão da empresa auditada e o número de KAM divulgadas, pelo que se espera que em entidades de maior dimensão, sejam divulgadas mais KAM relacionadas com provisões. *Rend* é a variável utilizada para medir o efeito da rendibilidade nos resultados obtidos e à semelhança de Pinto & Morais (2019) é medida através do rácio entre o resultado antes de juros e impostos, também denominado resultado operacional, em inglês *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT), e o total do ativo. As autoras verificam que existe um efeito negativo desta variável na divulgação de KAM, por isso, espera-se o mesmo resultado para este estudo. A variável *Setor* analisa o grupo industrial onde a empresa se insere e foi introduzida neste estudo pois Pinto & Morais (2019) concluem também que existe uma relação negativa entre o número de KAM divulgadas e o facto de as empresas pertencerem ao setor financeiro. Por sua vez, Stein (2019) verificou que a especialização do auditor por setor influencia positivamente as deficiências ao nível do julgamento das estimativas contabilísticas por parte do auditor. Como os resultados não são concordantes, é importante verificar se o setor de atividade em que a empresa auditada está inserido influencia a divulgação de KAM relacionadas com provisões, através da variável *Setor*. A variável *MKAM* é uma variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário. A utilização desta variável tem como objetivo verificar se o facto de os auditores reportarem mais KAM que a média influencia o reporte de provisões como KAM, visto que vários estudos realizados anteriormente sobre a divulgação de KAM (EY Reporting, 2015; Deloitte, 2017; KPMG, 2017; Silva, 2017; Sierra-García et al., 2019) indicam que as principais áreas identificadas pelos auditores como KAM estão relacionadas com estimativas contabilísticas e dessa forma, será mais provável que empresas que apresentem um número de KAM superior à média, apresentem KAM relacionadas com provisões pois as provisões são um rubrica contabilística na qual são utilizadas estimativas para o seu reconhecimento. De referir que Pinto & Morais (2019) utilizaram uma variável semelhante no seu estudo.

Para validar a utilização do referido modelo é importante testar a hipótese de existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, através do *Variance Inflation Factor* (VIF). O modelo apresentado evidencia a existência de multicolinearidade entre as variáveis *Alavanc* e *Dim*, visto que estas apresentam um VIF

superior a 10, limite sugerido por Hair, Black, Babin, & Anderson (2014) como aceite para a não existência de multicolinearidade.

Nesse sentido, desenvolveu-se um novo modelo no qual as variáveis independentes não apresentem multicolinearidade entre si. O novo modelo econométrico desenvolvido inclui apenas a complexidade da empresa como forma de testar a segunda hipótese deste estudo. Desta forma, utiliza-se apenas o número de segmentos de produto existente em cada entidade para avaliar a influência do risco no reporte de KAM relacionadas com provisões. A equação (2) apresenta o novo modelo em estudo:

$$(2) \text{KAM_Provisões}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{Provisões_TA}_{it} + \beta_2 \text{Complex}_{it} + \beta_3 \text{AuditFees}_{it} + \beta_4 \text{BIG4} + \beta_5 \text{Dim}_{it} + \beta_6 \text{Rend}_{it} + \beta_7 \text{Setor}_{it} + \beta_8 \text{MKAM}_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(i = 1, \dots, n); (t = 2016, 2017, 2018)$$

O novo modelo não apresenta multicolinearidade entre as variáveis pois através da Tabela II pode verificar-se que todas as variáveis apresentam um VIF inferior a 10, o que indica a inexistência de multicolinearidade entre si.

TABELA II – VARIANCE INFLATION FACTOR (VIF)

Variável	VIF	1/VIF
<i>Dim</i>	3,16	0,32
<i>AuditFees</i>	2,68	0,37
<i>Complex</i>	1,63	0,61
<i>BIG4</i>	1,58	0,63
<i>Setor</i>	1,36	0,73
<i>Provisões_TA</i>	1,19	0,84
<i>Rend</i>	1,14	0,88
<i>MKAM</i>	1,06	0,95
VIF médio	1,72	

Tendo em consideração que a variável dependente do modelo em estudo é uma variável binária, podem ser utilizados como modelos principais de teste o modelo *logit* e o modelo *probit*. Para escolher a melhor opção, é comum analisar a percentagem de previsões corretas produzida por cada um dos modelos. Assim, e tendo em consideração os resultados do Anexo 1, utiliza-se o modelo *logit* pois este é o modelo que apresenta maior percentagem de previsões corretas (75,96% face a 75,00% do modelo *probit*).

É também importante referir que o modelo *logit* apresenta uma natureza heterocedástica pois os dados binários que lhe estão subjacentes são sempre heterocedásticos. Neste sentido, não é necessário testar a existência de

heterocedasticidade mas é necessário eliminá-la através da correção das variâncias, a qual se obtém através da estimação de variâncias robustas para o modelo em questão.

Para avaliar a forma funcional do modelo em questão, procedeu-se ao teste de especificação *Reset – Regression Specification Error Test*. Os resultados deste teste apresentam um valor-p de 0,127, permitindo a não rejeição da hipótese nula, concluindo-se então que o modelo apresenta uma forma funcional correta, o que permite que seja possível a sua utilização.

5. Resultado Empíricos

Neste capítulo será apresentada a análise estatística e econométrica dos dados em estudo. Estes resultados foram obtidos através dos programas Microsoft Excel e STATA.

5.1. Estatística Descritiva

A Tabela III apresenta a estatística descritiva das variáveis que integram o modelo para a totalidade da amostra. Através da análise da referida tabela pode verificar-se que, em média, 44% dos relatórios de auditoria, apresentam KAM relacionadas com provisões, o que vai de encontro aos estudos de EY Reporting (2015), Deloitte (2017), KPMG (2017), Silva (2017) e Sierra-García et al. (2019) que referem que esta área é uma das que origina a divulgação de KAM.

TABELA III - ESTATÍSTICA DESCRITIVA – AMOSTRA TOTAL

Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>KAM_Provisões</i>	104	0,442	0,000	0,499	0,000	1,000
<i>Provisões_TA</i>	104	0,017	0,013	0,018	0,000	0,064
<i>Complex</i>	104	3,788	4,000	2,768	0,000	10,000
<i>AuditFees</i>	104	5,365	5,323	1,308	1,901	8,710
<i>BIG4</i>	104	0,837	1,000	0,372	0,000	1,000
<i>Dim</i>	104	13,764	13,319	1,859	10,157	18,145
<i>Rend</i>	104	0,053	0,051	0,047	-0,102	0,198
<i>Setor</i>	104	61,894	67,000	21,981	19,000	85,000
<i>MKAM</i>	104	0,423	0,000	0,496	0,000	1,000

Variáveis – *KAM_Provisões*: variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário; *Provisões_TA*: rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período; *AuditFees*: logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC; *BIG4*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4; *Dim*: logaritmo natural do total do ativo; *Rend*: rácio entre o EBIT e o total do ativo; *Setor*: grupo industrial onde a empresa se insere; *MKAM*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário.

No que respeita às variáveis explicativas, verifica-se que as empresas portuguesas cotadas na bolsa de valores de Lisboa, em média, para o período em análise, apresentam um rácio entre o valor das provisões e o total do ativo de 0,017, indicando que as provisões têm um valor igual a 1,7% do ativo da empresa. Pela análise da Tabela IV pode verificar-se também que o referido rácio é superior nas empresas onde são reconhecidas KAM relacionadas com provisões (0,024), face às empresas onde não são identificadas provisões como KAM (0,012), o que significa que nas empresas em que são identificadas KAM relacionadas com provisões, o valor das provisões face ao valor do ativo é superior.

TABELA IV - ESTATÍSTICA DESCRITIVA -AMOSTRA DIVIDIDA

	Obs.	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
KAM_Provisões						
KAM_Provisões =1	46	1,000	1,000	0,000	1,000	1,000
KAM_Provisões =0	58	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Provisões_TA						
KAM_Provisões =1	46	0,024	0,015	0,020	0,003	0,064
KAM_Provisões =0	58	0,012	0,007	0,016	0,000	0,077
Complex						
KAM_Provisões =1	46	3,957	4,000	2,658	0,000	10,000
KAM_Provisões =0	58	3,655	4,000	2,907	0,000	10,000
AuditFees						
KAM_Provisões =1	46	5,363	5,234	1,303	3,134	8,710
KAM_Provisões =0	58	5,367	5,42	1,287	1,901	8,556
BIG4						
KAM_Provisões =1	46	0,891	1,000	0,315	0,000	1,000
KAM_Provisões =0	58	0,793	1,000	0,434	0,000	1,000
Dim						
KAM_Provisões =1	46	14,040	14,191	1,814	10,633	17,602
KAM_Provisões =0	58	13,545	12,949	1,854	10,157	18,145
Rend						
KAM_Provisões =1	46	0,070	0,065	35,196	-217,670	38,520
KAM_Provisões =0	58	0,039	0,039	73,808	-436,520	189,93
Setor						
KAM_Provisões =1	46	63,152	68,500	21,878	28,000	85,000
KAM_Provisões =0	58	60,897	64,000	22,124	19,000	85,000
MKAM						
KAM_Provisões =1	46	0,370	0,000	0,488	0,000	1,000
KAM_Provisões =0	58	0,466	0,000	0,502	0,000	1,000

Variáveis – *KAM_Provisões*: variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário; *Provisões_TA*: rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período; *Complex*: número de segmentos de produto existentes na empresa; *AuditFees*: logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC; *BIG4*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4; *Dim*: logaritmo natural do total do ativo; *Rend*: rácio entre o EBIT e o total do ativo; *Setor*: grupo industrial onde a empresa se insere; *MKAM*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário.

Pela análise da Tabela III verifica-se ainda que as empresas têm, em média, mais de três segmentos de produto, sendo que a empresa com mais segmentos apresenta um total de 10. Pode também constatar-se que, em média, as empresas da amostra pagam 213,79 (e^{5,365}) milhares de euros por serviços de auditoria relacionados com a emissão da CLC, sendo que pela Tabela IV se verifica que nas empresas onde são reportadas KAM relacionadas com provisões os honorários dos auditores são menores do que nas empresas onde não são reportadas KAM relacionadas com provisões - 213,36 (e^{5,363}) milhares de euros, face a 214,22 (e^{5,367}) milhares de euros. A Tabela III indica também que 83,7% da amostra é auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4, isto é, pela Deloitte, PwC, EY ou KPMG.

Relativamente às variáveis de controlo, verifica-se que a dimensão média das empresas da amostra é de 948 793,62 (e^{13,764}) milhares de euros e que as empresas onde são reconhecidas KAM relacionadas com provisões são de maior dimensão do que aquelas onde não são reconhecidas KAM relacionadas com provisões - 1 251 683,50 (e^{14,040}) milhares de euros, face a 762 989,84 (e^{13,545}) milhares de euros – o que vai de encontro ao esperado por Pinto & Morais (2019 e Sierra-García et al. (2019). Pela Tabela III verifica-se ainda que a rendibilidade média das empresas, tendo em conta o rácio entre o EBIT e o total do ativo, é de 0,053, indicando que as empresas conseguem em média gerar 5,3% do seu ativo em resultados operacionais e que a probabilidade dos relatórios e contas das empresas da amostra apresentarem mais de 3 KAM é de cerca de 42%. A variável *Setor* foi analisada anteriormente na Tabela I.

5.2. Matriz de Correlação

A Tabela V apresenta a correlação de Pearson entre as variáveis utilizadas para testar as hipóteses formuladas anteriormente

Os valores obtidos permitem verificar a existência de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a variável dependente *KAM_Provisões* e a variável independente *Provisões_TA* ($r_{KAM_Provisões,Provisões_TA} = 0,332$ para um nível de significância de 1%), indicando, tal como esperado por KPMG (2017), que a probabilidade de divulgação de KAM relacionadas com provisões aumenta com o aumento de provisões reconhecidas no balanço.

No que respeita às variáveis independentes importa destacar a relação positiva e estatisticamente significativa, para um nível de significância de 1%, entre as variáveis *Complex* e *AuditFees* ($r_{Complex,AuditFees} = 0,495$), *Complex* e *BIG4* ($r_{Complex,BIG4} = 0,372$), e *AuditFees* e *BIG4* ($r_{AuditFees,BIG4} = 0,396$).

TABELA V - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	<i>KAM_Provisões</i>	<i>Provisões_TA</i>	<i>Complex</i>	<i>AuditFees</i>	<i>Big4</i>	<i>Dim</i>	<i>Rend</i>	<i>Setor</i>	<i>NKAM</i>
<i>KAM_Provisões</i>	1,000								
<i>Provisões_TA</i>	0,332***	1,000							
<i>Complex</i>	0,054	-0,013	1,000						
<i>AuditFees</i>	-0,001	0,0373	0,495***	1,000					
<i>BIG4</i>	0,132	0,006	0,372***	0,396***	1,000				
<i>Dim</i>	0,133	-0,094	0,569***	0,778***	0,434***	1,000			
<i>Rend</i>	0,324***	0,221**	0,041	0,045	0,257***	0,060	1,000		
<i>Setor</i>	0,052	0,274***	0,241**	0,108	0,389***	0,066	0,174***	1,000	
<i>MKAM</i>	-0,097	-0,021	-0,061	0,010	-0,043	0,123	-0,041	-0,123	1,000

Variáveis – *KAM_Provisões*: variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário; *Provisões_TA*: rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período; *Complex*: número de segmentos de produto existentes na empresa; *AuditFees*: logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC; *BIG4*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4; *Dim*: logaritmo natural do total do ativo; *Rend*: rácio entre o EBIT e o total do ativo; *Setor*: grupo industrial onde a empresa se insere; *MKAM*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

Estes resultados indicam que quanto mais complexas são as empresas, maiores são os honorários dos auditores pois é necessário que os auditores trabalhem mais para as analisar e maior é a probabilidade de as empresas serem auditadas por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4. Os resultados indicam também que quanto maior são os honorários de auditoria, maior é a probabilidade de as empresas serem auditadas por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4.

De notar ainda a correlação positiva e estatisticamente significativa, para um nível de significância de 1%, entre a variável de controlo *Dim* e as variáveis explicativas *Complex*, *AuditFees* e *BIG4* ($r_{Dim,Complex} = 0,569$; $r_{Dim,AuditFees}=0,778$; $r_{Dim,BIG4}=0,434$), o que indica que quanto maiores são as empresas, mais complexas são, mais honorários de auditoria pagam para a prestação de serviços relacionados com a emissão da CLC e mais probabilidade têm de ser auditadas por uma BIG 4.

A fraca correlação entre as variáveis evidenciada na Tabela V aponta para a inexistência de colinearidade entre as variáveis.

5.3. Análise dos Resultados

A Tabela VI apresenta os resultados do modelo *logit*, no sentido de identificar os fatores que influenciam o reporte de KAM relacionadas com provisões.

TABELA VI - RESULTADOS DO MODELO LOGIT

Variável	Coefficiente	Sinal Esperado	Coefficiente	Valor-p
Constante	β_0	?	-5,971***	0,019
<i>Provisões_TA</i>	β_1	+	53,171***	0,000
<i>Complex</i>	β_2	+	-0,011	0,913
<i>AuditFees</i>	β_3	+	-0,668***	0,006
<i>BIG4</i>	β_4	+	0,516	0,506
<i>Dim</i>	β_5	+	0,604***	0,003
<i>Rend</i>	β_6	-	13,424**	0,042
<i>Setor</i>	β_7	?	-0,013	0,225
<i>MKAM</i>	β_8	+	-0,591	0,215
Número de observações			104	
Pseudo R ²			0,219	
Teste LR			-55,74	
Valor-p			0,004	

Variáveis – *KAM_Provisões*: variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário; *Provisões_TA*: rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período; *Complex*: número de segmentos de produto existentes na empresa; *AuditFees*: logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC; *BIG4*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4; *Dim*: logaritmo natural do total do ativo; *Rend*: rácio entre o EBIT e o total do ativo; *Setor*: grupo industrial onde a empresa se insere; *MKAM*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

É importante analisar em primeiro lugar a significância global dos regressores de forma a verificar se os seus coeficientes em conjunto são estatisticamente significativos para explicar a variável de interesse, *KAM_Provisões*, através do teste LR. Para tal, deve avaliar-se o valor-p do modelo. Pelos resultados da Tabela VI, verifica-se que o valor-p é igual a 0,004, levando à rejeição da hipótese nula com uma significância de 1%, o que permite concluir que os regressores são conjuntamente significativos.

No que respeita ao poder explicativo do modelo e através da observação do R^2 , pode afirmar-se que o modelo explica aproximadamente 22% dos motivos que levam os auditores a reportar provisões como KAM.

De forma geral, verifica-se que as variáveis *Provisões_TA*, *AuditFees*, *Dim* e *Rend* são estatisticamente significativas a nível individual, com uma significância de 5% para a variável *Rend* e de 1% para as restantes. Por sua vez, *Complex*, *BIG4*, *Setor* e *MKAM* não são estatisticamente significativas individualmente, não influenciando por isso, estatisticamente, os auditores a reportar provisões como KAM.

De forma mais concreta, no que respeita à primeira hipótese deste estudo, constata-se que existe uma relação positiva e estatisticamente significativa, com 99% de confiança, entre o rácio criado para medir a influência do valor das provisões e a probabilidade de os auditores reportarem KAM relacionadas com provisões no seu relatório ($\beta_1=53,171$). Desta forma, podemos validar a primeira hipótese do estudo, segundo a qual os auditores têm mais probabilidade de divulgar provisões como KAM em entidades com valores elevados da rubrica provisões. Estes resultados vão de encontro ao esperado pela literatura pois as provisões são uma área de elevada subjetividade, por serem reconhecidas com base em estimativas contabilísticas, sendo por isso provável o seu reconhecimento como KAM (EY Reporting, 2015; ISA 701; KPMG, 2017).

Relativamente à segunda hipótese em estudo, a qual relaciona o risco de uma empresa com a probabilidade de os auditores reportarem KAM relacionadas com provisões, os resultados indicam que quando o risco é medido através da complexidade da empresa, isto é, através do número de segmentos de produto existentes, o risco dessa entidade não influencia estatisticamente a probabilidade de identificação de provisões como KAM.

Tendo em consideração a terceira hipótese deste estudo, verifica-se, com 99% de confiança, a existência de uma relação negativa e significativa entre os honorários cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC e a probabilidade de reporte de KAM relacionadas com provisões ($\beta_3 = -0,673$), o que vai contra o esperado pela literatura. Embora o sentido desta relação vá contra o esperado pela literatura, vai de encontro aos resultados apresentados na estatística descritiva (Tabela IV) e na correlação (Tabela V). O sentido negativo desta relação pode ser justificado, por um lado, pelo facto de que Bédard, Gonthier-Besacier, & Schatt (2014) defendem que os custos de uma auditoria não são fortemente afetados pela necessidade de divulgação de KAM, pois consideram que embora os auditores necessitem de desenvolver um esforço adicional para a divulgação de KAM, este é absorvido pelo esforço associado ao processo de auditoria, o que pode também justificar a existência de uma fraca correlação entre as variáveis ($r_{KAM_Provisões,AuditFees} = -0,001$). Por outro lado, o sentido negativo desta relação pode ser ainda ser justificado pelo facto de que os auditores, quando têm honorários mais baixos, desenvolvem menos trabalho e por isso utilizam a divulgação de KAM como meio para se protegerem contra eventuais riscos de litígio (Pinto & Morais, 2019), visto que as KAM são as áreas que maior importância tiveram no decorrer do trabalho de auditoria.

No que respeita à quarta hipótese em estudo, é possível verificar que embora o sinal da variável vá de encontro ao esperado pela literatura, o facto de a empresa de auditoria pertencer ao grupo das BIG 4 não influencia de forma significativa a probabilidade de reporte de provisões como KAM.

Relativamente às variáveis de controlo, o modelo aponta para existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa, com um nível de significância de 1%, entre a probabilidade de o auditor decidir identificar uma KAM relacionada com provisões e a dimensão da empresa auditada ($\beta_5 = 0,567$). Assim, tal como esperado por Pinto & Morais (2019) e Sierra-García et al. (2019), a probabilidade de serem reconhecidas provisões como KAM é maior em empresas de maior maior dimensão. No que respeita à rentabilidade da empresa auditada, os resultados do modelo indicam que quando se utiliza o rácio entre o EBIT e o total do ativo reportado, a rentabilidade da empresa auditada influencia de forma positiva e significativa a probabilidade de o auditor

identificar KAM relacionadas com provisões. Relativamente ao setor onde a empresa se encontra e ao rácio entre o número de KAM reportadas e o número de KAM da amostra, pode verificar-se que não existe uma relação significativa entre estas variáveis de controlo e a probabilidade de identificação de provisões como KAM.

5.4. Análise Adicional e de Robustez

Nesta parte do presente estudo são desenvolvidos quatro modelos adicionais com o intuito de analisar se eventuais alterações na forma de medir determinadas variáveis influenciam os resultados obtidos. As variáveis que sofrem alterações na forma de serem medidas nesta análise adicional são o setor, o valor das provisões e a rendibilidade.

De referir que a utilização dos modelos adicionais utilizados é possível pois foi testada a sua forma funcional, através do teste *Reset*, e a existência de multicolinearidade, através do VIF. Os resultados destes testes indicam que a forma funcional dos modelos seguintes está correta e que não existe multicolinearidade entre as variáveis utilizadas.

Influência dos vários setores de atividade

Como referido anteriormente, os resultados do presente estudo indicam que setor onde a empresa se insere não influencia significativamente a probabilidade de reporte de provisões como KAM, por parte dos auditores. No entanto, tendo em consideração que a Tabela I demonstra que as empresas constituintes da amostra se inserem em vários grupos industriais, torna-se importante analisar a influência de cada um dos setores isoladamente.

Para isso foi criado um conjunto de variáveis binárias *Autom*, *Constr*, *Eletron*, *Financ*, *Maquin_Equip*, *Petrol*, *Papel*, *Edit*, *Lazer*, *Retalh*, *Serv* e *Diversos* que assumem o valor 1, quando a empresa auditada pertence ao grupo industrial em questão e 0, caso não pertença.

Assim, com o intuito de analisar a influência isolada de cada um dos grupos industriais, desenvolveram-se variações ao modelo (3) onde se incluiu, em cada um deles, cada uma das referidas variáveis binárias:

$$(3) \text{ KAM_Provisões}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{Provisões_TA}_{it} + \beta_2 \text{Complex}_{it} + \beta_3 \text{AuditFees}_{it} + \beta_4 \text{BIG4} + \beta_5 \text{Dim}_{it} + \beta_6 \text{Rend}_{it} + \beta_7 \text{NKAM}_{it} + \beta_8 \text{Grupo_Industrial}_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(i = 1, \dots, n); (t = 2016, 2017, 2018)$$

Através da aplicação das variações ao modelo (3), pode concluir-se que sempre que as empresas pertencem ao grupo industrial automóvel, da eletrónica, financeiro, de maquinaria e equipamentos ou de tipografia e editorial não são reconhecidas provisões como KAM pelos auditores ($KAM_Provisões=0$). Contrariamente, quando as empresas pertencem ao grupo industrial do petróleo, gás, carvão e de serviços relacionados ou são retalhistas, são sempre reconhecidas KAM relacionadas com provisões ($KAM_Provisões=1$).

No que respeita aos grupos industriais do papel e do lazer, os resultados deste estudo adicional indicam que o setor continua a ser uma variável não significativa no conjunto de fatores que influenciam a probabilidade de reporte de provisões como KAM.

Relativamente aos grupos industriais da construção (modelo 3.1) e dos serviços (modelo 3.2), os resultados encontram-se na Tabela VII.

TABELA VII - TESTES ADICIONAIS

Variável	Modelo (3.1)	Modelo (3.2)	Modelo (4)	Modelo (5)
Constante	-7,906***	-7,861***	-0,985	-5,388**
<i>Provisões_TA</i>	51,523***	51,474***	-	61,698***
<i>Provisões</i>	-	-	0,798***	-
<i>Complex</i>	-0,054	-0,03	-0,062	-0,020
<i>AuditFees</i>	-0,801***	-0,661***	-0,795***	-0,684***
<i>BIG4</i>	1,001	0,318	0,529	0,784
<i>Dim</i>	0,684***	0,715***	-0,170	0,591***
<i>Rend</i>	15,851**	11,564*	11,384*	-
<i>ROE</i>	-	-	-	0,006
<i>Setor</i>	-	-	-0,009	-0,013
<i>Constr</i>	2,366***	-	-	-
<i>Serviços</i>	-	-1,089*	-	-
<i>MKAM</i>	-0,636	-0,545	-0,532	-0,606
Nº observações	104	104	104	104
Pseudo R²	0,292	0,225	0,234	0,182
Teste LR	-50,561	-55,341	-54,689	-58,375
Valor-p	0,000	0,003	0,020	0,003

Variáveis – *KAM_Provisões*: variável binária que assume o valor 1, se o auditor tiver identificado no seu relatório uma KAM relacionada com provisões e 0, caso contrário; *Provisões_TA*: rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período; *Provisões*: logaritmo natural das provisões reconhecidas em balanço; *Complex*: número de segmentos de produto existentes na empresa; *AuditFees*: logaritmo natural dos honorários de auditoria cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC; *BIG4*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa em questão tiver sido auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4; *Dim*: logaritmo natural do total do ativo; *Rend*: rácio entre o EBIT e o total do ativo; *ROE*: rendibilidade do capital próprio *Setor*: grupo industrial onde a empresa se insere; *Constr*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa auditada pertence ao grupo industrial da construção; *Serv*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa auditada pertence ao grupo industrial dos serviços; *MKAM*: variável binária que assume o valor 1, se a empresa reportar mais KAM do que a média da amostra, e 0 caso contrário.

*** Nível de significância a 1%; **Nível de significância a 5%; *Nível de significância a 10%.

Os resultados da Tabela VII permitem concluir que quando uma empresa pertence a um desses grupos industriais, o setor passa a influenciar significativamente a probabilidade de reporte de KAM relacionadas com provisões.

Para o grupo industrial da construção, os resultados indicam que este setor influencia positiva e significativamente (com um nível de significância de 1%) a probabilidade de reporte de KAM relacionadas com provisões ($\beta_8=2,366$). Esta relação positiva pode ser justificada pelo facto de que algumas empresas do setor da construção apresentam um valor significativo de provisões relacionadas com garantias, aumentando por isso a probabilidade de serem reportadas provisões como KAM. Assim, conclui-se que os resultados do modelo 3.1 indicam que o rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final do período, a dimensão e a rendibilidade da empresa e o facto de esta pertencer ao grupo industrial da construção influenciam positiva e significativamente a probabilidade de reporte de provisões como KAM (para uma significância de 5% para a rendibilidade e 1% para as restantes variáveis). À semelhança dos resultados do modelo inicial deste estudo, os resultados indicam também que o valor cobrado pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC influenciam negativa e significativamente a probabilidade de serem identificadas provisões como KAM (para uma significância de 1%), quando uma empresa pertence ao grupo industrial da construção.

No que respeita ao grupo industrial dos serviços, os resultados do modelo (3.2) presentes na Tabela VII indicam que quando uma empresa pertence a esse grupo industrial, o setor influencia negativa e significativamente a probabilidade de identificação de KAM relacionadas com provisões, para um nível de significância de 10%, pelo que a probabilidade de os auditores reportarem menos KAM relacionadas com provisões quando as entidades pertencem a esse grupo industrial é menor.

Análise de robustez às provisões

Com o intuito de analisar mais detalhadamente a influência do valor das provisões na divulgação de KAM relacionadas com provisões, tentou procedeu-se a uma análise adicional que consistia na utilização do logaritmo natural das provisões em vez do rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo reportado pelas empresas. A escolha desta nova variável deve-se ao facto de se considerar importante

analisar se o valor isolado das provisões reconhecidas em balanço influencia de forma diferente o reporte de provisões como KAM. Assim, desenvolveu-se o seguinte modelo:

$$(4) \quad KAM_Provisões_{it} = \beta_0 + \beta_1 Provisões_{it} + \beta_2 Complex_{it} + \beta_3 AuditFees_{it} + \beta_4 BIG4 + \beta_5 Dim_{it} + \beta_6 Rend_{it} + \beta_7 Setor_{it} + \beta_8 NKAM_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(i = 1, \dots, n); (t = 2016, 2017, 2018)$$

Pela análise dos resultados apresentados na Tabela VII para o modelo (4), pode verificar-se que, conjuntamente, as variáveis presentes neste modelo explicam mais a probabilidade de reporte de KAM relacionadas com provisões do que as variáveis presentes no modelo inicial (modelo 2) pois este explica 23,4%, enquanto que o modelo inicial explicava aproximadamente 22% dos motivos que levam os auditores a identificar KAM relacionadas com provisões. Contudo, os resultados deste modelo indicam que a variável de controlo que mede dimensão da empresa em estudo deixa de influenciar de forma significativa a probabilidade de reporte de provisões como KAM.

Análise de robustez à rendibilidade

No seguimento do que foi realizado para a variável provisões, neste estudo procedeu-se também à substituição do rácio entre o EBIT e o total do ativo utilizado no pelo retorno do capital próprio, em inglês *return on equity* (ROE) para analisar a influência da rendibilidade no reporte de provisões como KAM. A utilização desta nova medida de rendibilidade deve-se ao facto de Nunes (2016) considerar que este é um indicador da rendibilidade das empresas. Assim, analisa-se o seguinte modelo:

$$(5) \quad KAM_Provisões_{it} = \beta_0 + \beta_1 Provisões_TA_{it} + \beta_2 Complex_{it} + \beta_3 AuditFees_{it} + \beta_4 BIG4 + \beta_5 Dim_{it} + \beta_6 ROE_{it} + \beta_7 Setor_{it} + \beta_8 NKAM_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(i = 1, \dots, n); (t = 2016, 2017, 2018)$$

Analisando os resultados do modelo (5) presentes na Tabela VII pode concluir-se que as variáveis em estudo refletem menos os fatores que influenciam a identificação de provisões como KAM pois o modelo inicial reflete aproximadamente 22% dos fatores, enquanto que este modelo reflete cerca de 18%. É também importante referir o facto de que, com as referidas modificações, a rendibilidade passa a não influenciar de forma significativa o reporte de provisões como KAM.

6. Conclusão

Recentemente, o IAASB procedeu a uma mudança na forma e no conteúdo dos relatórios de auditoria, através da criação da ISA 701. Esta norma prevê a existência de uma nova secção no relatório onde o auditor possa comunicar quais as áreas que “no seu julgamento profissional foram as de maior importância na auditoria das DFs” (ISA 701, §8), criando desse modo a oportunidade para analisar os fatores que influenciam o auditor a identificar tais áreas como KAM.

Nos estudos realizados até então, tanto quanto se pode verificar, as áreas das DFs mais frequentemente reportadas pelos auditores estão relacionadas com áreas onde existe julgamento profissional por parte dos gestores para o reconhecimento das rubricas contabilísticas (EY Reporting, 2015; Deloitte, 2017; KPMG, 2017; Silva (2017; Sierra-García et al., 2019).

Posto isto, torna-se relevante para a literatura analisar quais os fatores que podem influenciar o reporte de estimativas contabilísticas, nomeadamente de provisões, como KAM. Este estudo foca a sua análise na influência de quatro fatores: o valor da rubrica contabilística, o risco da empresa auditada, os honorários cobrados pelos auditores para a prestação de serviços relacionados com a CLC e o facto de a empresa ser auditada por uma empresa pertencente ao grupo das BIG 4. Para tal, é utilizada uma amostra de 104 observações de 43 entidades cotadas na bolsa de valores de Lisboa no final dos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018.

Os resultados permitem concluir que em entidades onde o rácio entre o valor das provisões reconhecidas em balanço e o total do ativo no final dos períodos em análise é maior, a probabilidade de os auditores identificarem as provisões como KAM aumenta, o que pode ser justificado pelo facto de que o reconhecimento e a mensuração das provisões é feita com base em estimativas da gestão e estas são áreas frequentemente identificadas pelos auditores como KAM (EY Reporting, 2015; ISA 701; KPMG, 2017). Os resultados permitem também concluir que os auditores, por receberem menos de honorários, utilizam a divulgação de KAM como forma de se protegerem contra eventuais riscos de litígio (Pinto & Morais, 2019) e que, em entidades de maior dimensão, a probabilidade de serem identificadas KAM relacionadas com provisões é maior. Através deste estudo pode ainda concluir-se que o risco de uma entidade e o facto de esta ser

auditada por uma BIG 4 não influencia de forma significativa a divulgação de KAM relacionadas com provisões.

É importante também realçar que foram feitos testes adicionais para verificar se o setor onde as empresas em análise se inserem influencia a probabilidade de os auditores reconhecerem uma KAM relacionada com provisões. Os resultados deste estudo adicional indicam que nos setores da indústria automóvel, da eletrónica, financeiro, de maquinaria e equipamentos ou de tipografia e editorial nunca são reconhecidas provisões como KAM pelos auditores e que quando as empresas pertencem ao grupo industrial do petróleo, gás, carvão e de serviços relacionados ou são retalhistas, existe sempre a divulgação de KAM relacionadas com provisões. De realçar ainda que quando uma empresa pertence ao grupo industrial da construção, há maior probabilidade de reportar provisões como KAM, enquanto que quando a empresa pertence ao grupo industrial dos serviços, a probabilidade de reporte é menor. No que respeita aos grupos industriais do papel e do lazer, os resultados deste estudo indicam que não existe influência do setor no reporte de provisões como KAM, sendo este um dos contributos principais deste estudo para a literatura.

No entanto, é importante referir que existem algumas limitações associadas ao presente estudo, das quais se destacam o facto de que a recolha manual de parte dos dados limita a dimensão da amostra e o facto de que, até ao momento da recolha dos dados, só estavam disponíveis informações contabilísticas de três anos. De referir ainda que o facto de o presente estudo ter sido realizado apenas para empresas cotadas na bolsa de valores de um país pode também influenciar os resultados.

Nesse sentido, torna-se importante identificar como pista de investigação futura o desenvolvimento de um estudo semelhante para uma amostra composta por mais países, por forma a comparar os fatores que influenciam o reporte de provisões como KAM em diferentes países. Poderá ser também interessante para a literatura o desenvolvimento de um estudo comparativo, com uma amostra composta por empresas semelhantes, num período posterior, com o intuito de analisar se os fatores que influenciam o reporte de provisões como KAM são os mesmos após a maior familiarização dos auditores com o novo formato do relatório de auditoria, visto que no momento do desenvolvimento deste estudo só foi necessário os auditores identificarem KAM para quatro períodos, sendo que

para um deles a informação ainda não estava disponível. Outra área interessante para investigação está relacionada com análise dos fatores que influenciam o reporte de outras rubricas contabilísticas baseadas em estimativas contabilísticas, com o intuito de verificar se os fatores que influenciam a tomada de decisão dos auditores são os mesmos.

Referências Bibliográficas

- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience. In *International Symposium on Audit Research*. Obtido de https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf
- Bonner, S. E. (2008). *Judgment and decision making in accounting*. Upper Saddle River, NJ : Pearson, Prentice Hall.
- Bratten, B., Gaynor, L. M., McDaniel, L., & Sierra, N. R. (2013). The Audit of Fair Values and Other Estimates: The Effects of Underlying Environmental, Task, and Auditor-Specific Factors. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32 (suplemento 1), 7-44.
- Brown, J. O., Grenier, J. H., Pyzoha, J. S., & Reffett, A. (2019). The Effects of Specialist Type and Estimate Aggressiveness on Jurors' Judgments of Auditor Negligence. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 38(3), 47-69.
- Cannon, N. H., & Bedard, J. C. (2017). Auditing Challenging Fair Value Measurements: Evidence from the Field. *The Accounting Review*, 92(4), 81-114.
- Caramanis, C., & Lennox, C. (2008). Audit effort and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 45, 116-138.
- Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wood, D. A. (2012). Extreme Estimation Uncertainty in Fair Value. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 31(1), 127-146.
- Coram, P. J., Mock, T. J., Turner, J. L., & Gray, G. L. (2011). The Communicative Value of the Auditor's Report. *Australian Accounting Review*, 21(58), 235-252.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 193-199.
- Deloitte. (2017). Benchmarking the new auditor's report Key audit matters and other additional. Obtido de <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ch/Documents/audit/ch-en-audit-benchmarking-auditors-report.pdf>

- Dennis, S. A., Griffin, J. B., & Zehms, K. M. (2019). The Value Relevance of Managers' and Auditors' Disclosures About Material Measurement Uncertainty. *The Accounting Review*, 94(4), 215-243.
- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2015). *Lei nº 140/2015, de 07 de setembro*.
- EY Reporting (2015). Key Audit Matters: what they are and why they are important. Obtido em abril de 2020, de EY: https://www.ey.com/en_gl/assurance/key-audit-matters--what-they-are-and-why-they-are-important
- Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 Office Size and Audit Quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.
- Gaynor, L. M., Kelton, A. S., Mercer, M., & Yohn, T. L. (2016). Understanding the Relation between Financial Reporting Quality and Audit Quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(4), 1-22.
- Gramling, A. A., Schatzberg, J. W., Bailey, A. D., & Zhang, H. (1998). The Impact of Legal Liability Regimes and Differential Client Risk on Client Acceptance, Audit Pricing, and Audit Effort Decisions. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 13(4), 437-460.
- Griffin, J. B. (2014). The Effects of Uncertainty and Disclosure on Auditors' Fair Value Materiality Decisions. *Journal of Accounting Research*, 52(5), 1165-1193.
- Griffith, E. E., Hammersley, J. S., & Kadous, K. (2015). Audits of Complex Estimates as Verification of Management Numbers: How Institutional Pressures Shape Practice. *Contemporary Accounting Research*, 32(3), 833-863.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Pearson New International Edition: Multivariate Data Analysis* (Seventh ed.). Harlow: Pearson Education Limited. doi:10.1007/978-3-319-01517-0_3
- Hope, O.-K., Kang, T., Thomas, W., & Yoo, Y. K. (2008). Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27, 357-373.

- International Accounting Standards Board (IASB). (2001). International Accounting Standard (IAS) 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2015a). International Standard on Auditing 260 (Revised) - Communication with those charged with governance.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2015b). International Standard on Auditing 701 - Communicating key audit matters in the independent auditor's report.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (2018). International Standard on Auditing 540 - Auditing accounting estimates and related disclosures.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (s.d.). International Standard on Auditing 200 - Overall objectives of the independent auditor and the conduct of an audit in accordance with international standards on auditing.
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). (s.d.). International Standard on Auditing 210 - Agreeing the terms of audit engagements.
- Kachelmeier, S. J., Rimkus, D., Schmidt, J. J., & Valentine, K. (2019). The Forewarning Effect of Critical Audit Matter Disclosures Involving Measurement Uncertainty. Obtido de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1911-3846.12583>
- KPMG. (2017). Key Audit Matters: Auditor's report snapshot 20 September 2017. Obtido de <https://home.kpmg/au/en/home/insights/2017/09/key-audit-matters-auditor-report-20-september-2017.html>
- Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro. (2015). *Diário da República n.º 176/2015, Série I de 2015-09-09*, pp. 7501-7516.
- Lyon, J. D., & Maher, M. W. (2005). The Importance of Business Risk in Setting Audit Fees: Evidence from Cases of Client Misconduct. *Journal of Accounting Research*, 43(1), 133-151.

- Masdor, N. (2018). The Implementation of ISA 701- Key Audit Matters: A Review. *Global Business and Management Research: An International Journal*, 10(8), 1107-1115.
- McGeachy, D., & Arnold, C. (2017). *Auditor Reporting Standards Implementation: Key Audit Matters*. Obtido em abril de 2020, de IFAC: SUPPORTING INTERNATIONAL STANDARDS: <https://www.ifac.org/knowledge-gateway/supporting-international-standards/discussion/auditor-reporting-standards>
- Nunes, P. (2016). Rendibilidade. Obtido de <https://know.net/cienceconempr/gestao/rendibilidade/>
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014a). Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. *Jornal Oficial da União Europeia*.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014b). Regulamento (UE) No 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão. *Jornal Oficial da União Europeia*.
- Pereira, Â. C. (2019). Matérias Relevantes de Auditoria relatadas pelas empresas cotadas na Euronext Lisbon. *Revisores e Auditores - Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*(87), 11-25.
- Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 30, 145-162.
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2011a). *Report on 2010 Inspection of KPMG LLP*. Washington, DC: PCAOB.
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2011b). *Report on 2010 Inspection of PricewaterhouseCoopers LLP*. Washington, DC: PCAOB.

- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2017a). Proposed Auditing Standard - Auditing Accounting Estimates, including fair value measurements and proposed amendments to PCAOB accounting standards. *PCAOB Release n° 2017-002*.
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2017b). *Staff Inspection Brief: Preview of Observations from 2016 Inspections*. Washington, DC: PCAOB.
- PwC. (2014). *Delivering the value of the audit: New insightful audit reports*. Obtido em abril de 2020, de <https://www.pwc.com/gx/en/audit-services/publications/assets/pwc-auditing-report-new-insightful.pdf>
- Sierra-García, L., Gambetta, N., A.García-Benau, M., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240.
- Silva, S. P. (2017). Matérias Relevantes de Auditoria - Leitura de relatórios. *Revisores e Auditores - Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*(78), pp. 12-18.
- Simunic, D. A., & Stein, M. T. (1987). *Product differentiation in auditing: Auditor choice in the market for unseasoned new issues* (Vol. 13). Canadian Certified General.
- Sirois, L.-P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-Tracking Study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162.
- Stein, S. E. (2019). Auditor Industry Specialization and Accounting Estimates: Evidence from Asset Impairments. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 38(2), 207-234.
- Thomson Reuters. (2007). *Worldscope Database Datatype Definitions Guide*. Obtido de www.thomson.com/financial

Anexos

Anexo 1 – Percentagem de Previsões Corretas

```
. estat classification
```

Logistic model for KAM_Provisões

Classified	True		Total
	D	~D	
+	31	10	41
-	15	48	63
Total	46	58	104

Classified + if predicted Pr(D) >= .5
True D defined as KAM_Provisões != 0

Sensitivity	Pr(+ D)	67.39%
Specificity	Pr(- ~D)	82.76%
Positive predictive value	Pr(D +)	75.61%
Negative predictive value	Pr(~D -)	76.19%
False + rate for true ~D	Pr(+ ~D)	17.24%
False - rate for true D	Pr(- D)	32.61%
False + rate for classified +	Pr(~D +)	24.39%
False - rate for classified -	Pr(D -)	23.81%
Correctly classified		75.96%

Figura 1 - Percentagem de previsões corretas proporcionada pelo modelo logit

```
. estat classification
```

Probit model for KAM_Provisões

Classified	True		Total
	D	~D	
+	30	10	40
-	16	48	64
Total	46	58	104

Classified + if predicted Pr(D) >= .5
True D defined as KAM_Provisões != 0

Sensitivity	Pr(+ D)	65.22%
Specificity	Pr(- ~D)	82.76%
Positive predictive value	Pr(D +)	75.00%
Negative predictive value	Pr(~D -)	75.00%
False + rate for true ~D	Pr(+ ~D)	17.24%
False - rate for true D	Pr(- D)	34.78%
False + rate for classified +	Pr(~D +)	25.00%
False - rate for classified -	Pr(D -)	25.00%
Correctly classified		75.00%

Figura 2 - Percentagem de previsões corretas proporcionada pelo modelo probit